



Artigo

Educação sem partido: golpes de estado e governos militarizados (1964 e 2016)

Education without party: coup d`etat and militarized governments (1964 e 2016)

Educación sin partido: golpes de estado e gobiernos militarizados (1964 e 2016)

Rodrigo Sarruge Molina¹,

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória-ES, Brasil

Resumo

Este estudo tem como objetivo analisar dois processos conservadores e reacionários na educação brasileira: as propostas educacionais do movimento “Escola Sem Partido” (ESP) – um dos fomentadores do golpe jurídico-parlamentar de 2016 que desembocou no governo militarizado de Bolsonaro – e a educação na ditadura civil-militar que teve sua gênese nos movimentos civis e militares que provocou o golpe antidemocrático de 1964, fomentado pelo complexo IPES/IBAD. Ao contrário da suposta neutralidade advogada nesses movimentos, este estudo revelou as concepções educacionais, ideológicas e políticas de ambos os casos. Assim como ocorreram delações de professores para a repressão nos “anos de chumbo”, hoje presenciamos o movimento ESP, que incentiva a mesma prática de perseguição contra os professores, articulando e fomentando legislações municipais, estaduais e federais que pretende vigiar e punir os profissionais da educação que abordem conteúdos políticos, temas sensíveis ou ideias críticas ao governo e sociedade. A teoria e o método de análise são fundamentados na História Comparativa e no materialismo histórico-dialético, possibilitando a análise desses objetos sem anacronismos. O estudo conclui que existiram diversos interesses políticos e econômicos (nacionais e internacionais) semelhantes nos processos golpistas de 1964 e 2016 que desembocaram em governos militarizados e que na área da educação, ressuscitam práticas antidemocráticas de vigilância contra docentes, enxugamento de conteúdos da filosofia e ciências humanas com o objetivo de conservar as estruturas sociais intactas em contextos de crise econômica e tensão política.

Abstract

This study analyzes two reactionary processes in Brazilian education. The educational proposals of the School Without Party movement (ESP) - one of the promoters of the 2016 coup that resulted in the militarized government of Bolsonaro - and the educational policies of the military dictatorship, the result of the coup movement of 1964. Contrary to the supposed neutrality advocated in these movements, this study revealed the educational, ideological and political conceptions of both cases. Just like

¹ Historiador e Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). ORCID id: 0000-0002-4033-6049; E-mail: molinaprof@hotmail.com

occurred delations of teachers for repression in the dictatorship, today we witness ESP, which encourages the same practice against teachers, articulating legislation that aims to discipline and punish education professionals who teach content political or ideas critical of government and society. The theory and method of analysis is based on Comparative History, enabling the analysis of these objects without anachronisms. The study concluded that there are diverse political interests and economic (national and international) similar in the 1964 and 2016 coup processes that culminated in militarized governments. In the area of education this happened through undemocratic surveillance practices against teachers, downsizing of philosophy and human sciences content with the aim of keeping social structures intact in contexts of economic crisis and political tension.

Resumen

Este estudio analiza dos procesos reaccionarios en la educación brasileña. Las propuestas educativas del movimiento Escuela sin partido (ESP) - Uno de los promotores del golpe de 2016 que resultó en el gobierno militarizado de Bolsonaro - y las políticas educativas de la dictadura militar, resultado del movimiento golpista de 1964. Contrariamente a la supuesta neutralidad defendida en estos movimientos, Este estudio reveló las concepciones educativas, ideológicas y políticas de ambos casos. Al igual que ocurrieron las relaciones de maestros por represión en la dictadura, hoy somos testigos de ESP, que fomenta la misma práctica contra los maestros, articulando legislación que tiene como objetivo disciplinar y castigar a los profesionales de la educación que abordan contenido político o ideas críticas del gobierno y la sociedad. La teoría y el método de análisis se basan en la Historia Comparada y el materialismo histórico-dialéctico permitiendo el análisis de estos objetos sin anacronismo. El estudio concluyó que había varios intereses políticos y económicos (nacionales e internacionales) similar em los processos golpistas de 1964 y 2016 que llevaron a gobiernos militarizados y que en el ámbito de la educación imponen prácticas antidemocráticas de vigilância contra los docentes, reducción de los contenidos de filosofía y ciências humanas para manter intactas las estructuras sociales em contextos de crisis económica y tensión política.

Palavras-chave: Escola Sem Partido, Ditadura, Golpe de estado.

Keywords: School Without Party, Dictatorship, Coup d'etat.

Palabras-clave: Escuela Sin Partido, Dictadura, Golpe de Estado.

Introdução

Essa introdução será reservada para esclarecimentos acerca dos aportes teóricos e metodológicos da análise dos objetos de estudo: os processos de golpe de estado de 1964 e 2016 e suas consequências para a educação². Portanto, realizamos um exercício de História Comparativa entre algumas concepções educacionais presentes no processo de golpe de Estado de 2016 – especialmente liderados pelo movimento político Escola Sem Partido (ESP) –, que desembocaram no governo militarizado de Bolsonaro, e algumas ideias educacionais do movimento golpista civil-militar de 1964 que, por sua vez, impuseram uma ditadura militar. Portanto, vamos percorrer o período que

² Pesquisa derivada do Pós-doutorado realizado na PUC- Campinas sob financiamento da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pós-doutorado PNPd (Processo PNPd - 20131958)

compreende os anos de 1964 e 2019 para expor os principais paralelos existentes na área da educação.

Antes de prosseguir, um parêntese importante. É preciso fazer um alerta aos leitores de que as políticas educacionais advindas com o golpe de 1964 e dos 21 anos de ditadura civil-militar não foram meramente sequenciais e não se tratou de um projeto rigorosamente implantado de 1964 a 1985, ocorreram modificações nas políticas educacionais durante as duas décadas do regime ditatorial, embora algumas bases ideológicas conservadoras e reacionárias fossem comuns nos “anos de chumbo”.

O recorte cronológico da pesquisa se justifica em decorrência de fatores semelhantes (não idênticos) entre os dois processos históricos de Golpe de Estado, seja o de 1964 ou o de 2016. Por meio de Gramsci (2007), compreende-se que ambos os processos históricos são protagonizados por aparelhos privados de hegemonia da classe dominante, atuantes na educação escolar e extraescolar, que reprimiram a esquerda e os governos progressistas, assim como doutrinaram a população por meio de um “manto sagrado” da neutralidade. Essa pretensa isenção foi representada, em 1964, pelo complexo constituído entre o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e, em 2016, é promovida especialmente pelo Movimento Brasil Livre (MBL) e pelo ESP. Ademais, os resultados desses dois processos golpistas também são semelhantes ao desembocarem em governos militarizados, uns mais, outro menos, sempre legitimados pelos poderes judiciário, midiático e parte importante da elite empresarial e religiosa.

Como o foco do estudo é a educação, foram relacionadas fontes primárias disponíveis na internet, como os documentos oficiais do projeto ESP (ESCOLA SEM PARTIDO, 2012; S/D), os debates realizados por seus defensores nas redes sociais digitais e os projetos de leis do ESP apresentados por políticos conservadores nas câmaras municipais brasileiras (RIO DE JANEIRO, 2014). Para além disso, foram coletadas informações bibliográficas acadêmicas sobre o ESP e principalmente análises concentradas na imprensa e disponíveis *online*, por se tratar de um movimento contemporâneo que exige análise de História Presente. Diante desses materiais, comparações com a bibliografia e documentos coletados sobre a ditadura foram realizadas.

Neste exercício de História Comparada, houve a preocupação de atentar aos perigos do anacronismo e do mecanicismo, visto que trata-se de períodos históricos diversos e de objetos de análise distintos, o que não determina mecanicamente semelhanças idênticas. Ou seja, esses movimentos podem ser semelhantes, mas jamais idênticos, pois a história está em permanente mutação e transformação. Nesse sentido, um dos representantes da escola francesa dos *Annales*, March Bloch, afirma que esse exercício de História Comparativa nos remete a uma visão ampla dos processos históricos, o que é uma vantagem, pois instrumentalizar-se dessa ferramenta analítica, no campo das ciências humanas, implica em buscar informações para explicar as semelhanças e as diferenças de objetos distintos inseridos em meios sociais diferenciados. (BLOCH, 1928)

Ademais, de acordo com Lima (2007), por meio da História Comparada

[...] poderemos visualizar os casos concretos em suas múltiplas interações e intercâmbios com totalidades sociais mais amplas. Isso, além de permitir o enriquecimento do estudo do próprio caso específico que passa a ser visto em sua complexidade, pode evitar que o historiador isole o caso concreto de suas contextualidades globais. Certos elementos de abstração comparada permitem compreender a complexidade das particularidades. Evita principalmente que o historiador visualize a priori, a especificidade como excepcionalidade, originalidade, unicidade. Observando regularidades, é possível perceber engrenagens históricas mais complexas, evitando exagerar a dimensão de determinados fatos (LIMA, 2007, p. 28).

Ainda nessa perspectiva, influenciado pela escola inglesa da *New Left*, o historiador Edward P. Thompson afirma que “cada evento histórico é único. Mas muitos acontecimentos amplamente separados no tempo e no espaço revelam, quando se estabelece relação entre eles, regularidades de processo” (THOMPSON, 1978, p. 97-98). Assim, este artigo também é baseado na tradição teórico e metodológica italiana do materialismo histórico e dialético, o que é fundamental para desmistificar a suposta neutralidade desses movimentos políticos conservadores, visto que, segundo Antônio Gramsci,

Em uma determinada sociedade, ninguém é desorganizado e sem partido, desde que se entenda organização e partido num sentido amplo, e não formal. Nesta multiplicidade de sociedades particulares, de caráter duplo – natural e contratual ou voluntário – uma ou mais prevalecem relativamente ou absolutamente, constituindo o aparelho hegemônico de um grupo social sobre o resto da população (ou sociedade civil), base do Estado compreendido estritamente como aparelho governamental-coercivo (GRAMSCI, 2007, p. 800, tradução minha).

Nesse sentido, o aporte teórico e metodológico do trabalho compreende o contemporâneo movimento ESP e o complexo IPES/IBAD da ditadura como associações da sociedade civil que deram bases para a constituição de blocos históricos no Brasil notadamente reacionários e conservadores, que se comportam como aparelhos privados de hegemonia da sociedade própria civil, fomentando a formação de intelectuais orgânicos conservadores que passam a atuar nas instituições sociais e políticas.

Contexto histórico: golpismo e perigo vermelho na educação

Após a vitória de Donald Trump (2017) e Jair Bolsonaro (2018), estamos vivenciando uma nova ofensiva da direita e da extrema-direita que está se manifestando em diferentes níveis da sociedade, em movimento basicamente amparado na propagação de políticas e ideologias conservadoras e político-economicamente neoliberais, neofascistas e neonazistas. Isso se materializa na construção de muros contra a imigração de mexicanos nos EUA, de sírios na Europa ou ainda a revogação de direitos dos trabalhadores e dos

setores populares, como preconiza a privatização dos serviços públicos e das reformas trabalhistas na França e no Brasil.

Hoje, no campo da educação, esse contexto conservador e reacionário é cristalizado pelo movimento ESP que objetiva influenciar os poderes executivo, legislativo e judiciário na implantação de reformas educacionais que barrem a formação crítica, plural e política dos alunos, em todos os níveis, desde o ensino básico até o superior. Historicamente, o projeto ESP tem sua gênese em 2004, quando o advogado Miguel Nagib passou a comandar o movimento em conjunto a outros militantes de direita e extrema-direita, especialmente dentro de igrejas neopentecostais e por meio de movimentos de redes sociais. Nesse tocante, cabe mencionar o apoio público da família Bolsonaro ao projeto, fenômeno autoritário semelhante ao que está ocorrendo na Hungria de Viktor Orbán (ALESSI, 2019).

Do ponto de vista político e econômico, a crise do capitalismo mundial de 2007-2008 atingiu o Brasil com intensidade em 2013, repercutindo movimentações sociais, materializadas nas históricas “Jornadas de Junho” que mobilizaram milhões de brasileiros em todas as regiões. Foi nesse contexto que os setores progressistas perderam terreno para as ideias conservadoras, fortalecidas e amparadas pelo papel determinante da mídia, da imprensa e de redes sociais no controle de pauta das revoltas de massa (ROLNIK, 2013). Assim, uma movimentação heterogênea que lutava contra o aumento do preço do transporte público foi estrategicamente capturada pela classe dominante e se transformou em grandes movimentações dos setores médios animados pelo sentimento “antipetista”, famosos por saírem às ruas de verde e amarelo pedindo o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff. O desfecho foi o golpe de 2016, a prisão de Luís Inácio Lula da Silva em 2018 e a posse do presidente Jair Bolsonaro em 2019.

Desde 2014, o ESP ganhou força no Congresso Nacional Federal, nas Assembleias Estaduais e nas Câmaras Municipais, engatilhando dezenas de projetos de leis, do Oiapoque ao Chuí. Na Câmara dos Deputados, destaca-se o projeto de lei 867/2015 (arquivado), já no Senado, esteve em tramitação o PLS 193/2016 que, por ter obtido repercussão negativa e pressão da sociedade, foi retirado de pauta por seu proponente, o pastor bolsonarista Magno Malta do Partido Liberal do Estado do Espírito Santo. Portanto, até o momento dessa redação, os projetos na Câmara dos Deputados e no Senado encontram-se arquivados.

Para além da pressão de setores democráticos e progressistas da sociedade, especialmente os sindicatos de professores, cabe mencionar que também corroborou para o arquivamento no Congresso Nacional a notificação do Ministério Público Federal sobre a inconstitucionalidade do projeto (MPF, 2016)³. No entanto, esse recuo em Brasília não significou o mesmo movimento nos municípios, pois em abril de 2018 existiam 147 projetos de “lei da mordaza” nos estados e municípios, sendo 108 do movimento ESP e 39 contra o debate de gênero nas escolas. Destes 147 projetos, 18 foram aprovados (sendo sete do ESP e 11 contra gênero), 26 foram rejeitados e 103 estavam em tramitação.

³ Dos projetos de lei inspirados nas ideias do ESP existe forte influência religiosa pentecostal, pois 11 dos 19 proponentes são ligados a alguma igreja. Em 2016, o Partido Social Cristão (PSC) liderava as proposições (SAKAMOTO, 2016, p. 13).

Os estados brasileiros recordistas em proposições são respectivamente: Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro (ANNUNCIATO, 2018).

Portanto, para além do ESP, que possui uma pauta mais próxima do anticomunismo, o atual contexto também é de intolerância de gênero (sexismo), práticas especialmente encapadas por parlamentares ligados a seitas religiosas que já aprovaram várias leis municipais contra o debate de gênero⁴ nas escolas, censurando livros didáticos e professores em sala de aula. Em 2021, a ministra bolsonarista Damares Alves criou um “*disk denúncia*” fomentando a intolerância contra os professores que realizassem debates de gênero nas escolas (SANTINO & PINA, 2021).

Nesse sentido, por meio dessas leis estaduais e municipais, qualquer profissional da educação poderá ser notificado judicialmente após ser denunciado por pais, alunos e outros membros da sociedade civil e política. Essa prática de “caça às bruxas” não é nova na História do Brasil, pois assim também foi no golpe de 1964 e durante os 21 anos de ditadura, quando professores eram constrangidos pela máquina da censura e da repressão. Um dos exemplos disso foi o decreto 477, de 26 de fevereiro de 1969 que definiu “infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares” (BRASIL, 1969).

Na prática, aumentou-se a repressão física e psicológica contra organizações contra hegemônicas e seus movimentos paredistas, especialmente contra a União Nacional dos Estudantes (UNE) e também contra os movimentos de professores que lutavam contra o “rebaixamento das condições econômicas, bem como da formação acadêmica” principalmente no final da década de 1970 quando o país viveu milhares de greves de professores (FERREIRA JR e BITTAR, 2006).

Dentro desse exercício de História Comparativa, semelhanças também são observadas nas conjunturas preparatórias para os golpes de 1964 e de 2016. Assim como ocorreu com Dilma Rousseff, João Goulart também foi atacado por uma série de organizações e movimentos forjados pela direita e extrema direita para derrubar seu governo, como foi o IPES e o Movimento Estudantil “Democrático” (DREIFUSS, 1981)⁵.

Quando se analisa o contexto pré-golpe de 2016, é possível notar que esse tipo de agitação também ocorreu, pois, organizações e movimentos reacionários já estavam alinhados desde 2015, como o ESP, o MBL e o Revoltados Online, que fomentavam nas redes sociais e nas ruas de todo o Brasil protestos para derrubar o governo de Dilma Rousseff.

Nessa época, principalmente no final de 2015, a denúncia de professores e cientistas de todo o mundo sobre a ruptura da ordem democrática em curso no Brasil era enquadrada como doutrinação ideológica pela oposição (MOURA, 2016). Após o golpe, esses movimentos “sem partido” deram apoio ao governo interino de Michel Temer (MDB), cujo Ministro da Educação, Mendonça Filho, recebeu a visita de um dos porta-vozes do

⁴ O debate é recomendado por professores, pesquisadores e profissionais da área (CARVALHO, 2003).

⁵ No momento do golpe, Goulart esteve mais próximo da esquerda que Rousseff, como ficou claro na famosa mobilização da Central do Brasil em 13 de março de 1964 na antiga capital da Guanabara.

movimento golpista e “moralizador” do Brasil, o ex-ator pornô [e atual deputado federal] Alexandre Frota, nos primeiros dias de seu mandato (RIBEIRO, 2016, p. 5)

De acordo com Penna (2018), a estratégia do ESP é moldurar todas as organizações e ideias progressistas que façam a contraposição aos projetos de lei ESP como integrantes de uma “esquerda internacional” organizada e pronta para promover um “discurso envenenado”. Segundo a paranoia, com a queda da URSS e o abandono da luta armada, esses grupos comunistas internacionais estariam atuando no Brasil por meio de uma tática que nomearam como “marxismo cultural”. Esses “inimigos perigosos” da nação brasileira estariam infiltrados nas instituições, como as escolas, com o objetivo de combater a família tradicional e impor discursos de gênero visando doutrinar crianças para o “esquerdismo” e o “homossexualismo”.

Figura 1 – Movimentações golpistas em 1964 e 2015 e o fantasma vermelho



Fonte: Moraes (2015).

Em contextos de crise econômica e política, ocorreram manifestações semelhantes dos setores médios, notadamente brancos e fomentados por organizações de direita e extrema direita do Brasil e EUA. João Goulart foi destituído do poder em 1º de abril de 1964, já Dilma Rouseff em 31 de agosto de 2016. Esse conjunto fotográfico foi extraído de Moraes (2015).

Relembrando os piores momentos de paranoia da Guerra Fria, em audiência pública sobre o PL 7.180/14 (da ESP), o deputado Flávio Augusto da Silva (PSC), um dos entusiastas do ESP, afirmou publicamente que a maioria dos professores estariam contaminados pelo vírus do “marxismo radical”, fazendo uma “doutrinação comunista” nas salas de aula objetivando destruir os valores basilares da família e comprometer o futuro dos alunos” (QUADROS, 2018).

Para estruturar essas ideias “conspiracionistas”, um dos principais referenciais teóricos do movimento, como revela Bráulio Matos, vice-presidente da Associação Escola Sem Partido, é Plínio Corrêa de Oliveira, criador da organização Tradição, Família e Propriedade (TFP).⁶ “O mesmo discurso da

⁶ O fato de Plínio Oliveira ou a TFP ser uma das bases do golpe de 1964 e também ser reverenciado pelo dirigente do grupo ESP nos anos 2000, não significa uma continuidade

conspiração comunista utilizado para legitimar o golpe militar em 1964 é reapropriado para mobilizar os mesmos medos do inimigo vermelho. Novamente, “assim como na Guerra Fria, esse inimigo põe em risco as crianças” (PENNA, 2018, p. 577).

Por isso, não é anacronismo dizer que a ideologia educacional seja semelhante ao do período da ditadura civil-militar (1964 a 1985), pois em ambos processos históricos estão contempladas práticas de privatização da educação, enxugamento dos conteúdos pedagógicos e do ensino por meio de um processo de eliminação da crítica (conformismo), assim como pelo combate ao debate democrático (ao proibir questões políticas públicas) e pela transformação do professor em um burocrata secundário (“robotização”) por meio das pedagogias tecnicistas. Concomitantemente, exige-se do professor um aumento de produtividade e sobre ele se intensificam os instrumentos de controle e de repressão do trabalho docente.

[...] A proposta de criminalizar por “assédio ideológico” ou “doutrinação marxista” é muito semelhante ao que as ditaduras do Cone Sul chamaram de “terrorismo intelectual”. Nos anos 1960 e 1970, milhares de educadores latino-americanos foram presos e torturados por divulgar as ideias de Paulo Freire, por exemplo. As palavras mudaram, mas a essência é a mesma. Em ambos os casos, trata-se de uma tentativa de disfarçar a incompatibilidade de uma escola tecnocrática e conservadora com aquilo que Paulo Freire definiu como “educação como prática da liberdade”. (VASCONCELOS, 2016, p. 81).

Em 2016, assim como em 1964, os movimentos civis-militares que promoveram golpes de Estado desembocaram em governos autoritários liderados por militares que atacam os direitos dos trabalhadores e são coniventes com propostas de militarização das escolas públicas como solução para todos os problemas, atualmente em ascensão em muitos estados do Brasil, especialmente em Goiás (GLOBO, 2014).

As consequências práticas da educação sem partido, ontem e hoje.

No Brasil, na década de 1980, especialmente após a promulgação da constituição de 1988, as escolas e universidades se tornaram lugares propícios à propagação dos valores críticos e democráticos sob influência de vários atores sociais, antes boicotados pela ditadura. Nesse contexto, as instituições universitárias e escolares transitaram lentamente de acanhadas formadoras de bacharéis tradicionais para instituições mais ou menos democráticas. Um dos marcos foi a Lei nº 12.711/2012 que reconheceu a importância da implantação de políticas afirmativas para negros, índios e estudantes pobres. Essa lei e outras políticas públicas pretenderam abrir as portas do tradicional latifúndio do saber para as camadas populares e excluídas desses espaços tradicionalmente elitizados.

histórica mecânica entre esses movimentos. Na realidade, tratam-se de ressignificações e reapropriações anacrônicas que os militantes do ESP fazem da realidade.

A conquista de alguns direitos e as movimentações de setores populares em espaços tradicionais da elite, notadamente branca, desencadearam a reação dos movimentos conservadores que iniciaram um combate reacionário. A direita em aliança com a extrema direita passou a se organizar para fortalecer sua hegemonia, seja na sociedade civil ou na sociedade política, estratégia bem-sucedida com o golpe de 2016 e a prisão de Luís Inácio Lula da Silva, favorito para vencer as eleições de 2018. Compreende-se, então, que a aprovação das leis do novo ensino médio (Lei 13.415 de 2017), a reforma trabalhista (Lei 13.467 de 2017), da previdência (Emenda Constitucional de 2019) ou mesmo a implantação de projetos como o Escola Sem Partido (ESP) só são possíveis com a desarticulação e criminalização de resistências civis, culturais e políticas, pois trata-se de projetos antipopulares e antidemocráticos.

Dentro desse movimento geral – que engloba o ESP, os defensores da volta da Monarquia Imperial (1822-1889) e até as altas patentes das forças armadas da República –, na área específica da educação, essa reação visa regredir a um passado romantizado, quando “senhores” e “servos” mantinham uma suposta harmonia social. Para isso pretendem combater e eliminar a presença dos setores críticos (contra hegemônicos) por meio da criminalização de professores, estudantes e demais funcionários progressistas da educação que se proponham a criticar os governos militarizados e as classes dominantes.

De forma semelhante, durante o processo de golpe em 1964, após intervirem e reprimirem os sindicatos urbanos e rurais, o foco central da repressão foi a área da educação, especialmente as universidades, acusadas levemente de serem centros de proselitismo e doutrinação de “jovens ingênuos”. Em 2019, a narrativa era semelhante, quando o ex-Ministro da Educação Abraham Weintraub e seus apoiadores acusavam sistematicamente as universidades e os institutos federais de serem *locus* de balbúrdia, o que demandaria “caçar um pessoal” (GLOBO, 2019).

Maurício Ernica, em entrevista concedida para o vídeo *Escola sem partido? FE-Unicamp toma partido da escola* (2016), por sua vez, aponta “contradições” do projeto ESP, que visa tirar os conteúdos críticos e os debates políticos da escola, disseminando disciplinas de moral e religião em seu lugar. As elites continuarão a estudar os diferentes conteúdos humanísticos e participar dos diferentes debates partidários de importância pública em suas escolas particulares, aliás, como sempre fizeram na história, enquanto o ESP irá esvaziar e empobrecer esses debates de importância pública nas escolas estatais, restringindo ainda mais a participação democrática das camadas populares nos rumos do país.

Esse esvaziamento dos conteúdos críticos e políticos das escolas pública, apontados acima, nos remetem novamente aos “anos de chumbo”, quando os tecnocratas e militares implantaram um plano de modernização conservadora que impôs nas escolas e universidades uma lógica racionalizadora capitalista empresarial, assim como ocorria nas fábricas e empresas multinacionais. Foram introduzidos maquinários e computadores que possibilitaram o aumento da vigilância, da produtividade, o racionamento de recursos, a competição entre os trabalhadores e, no setor público, o incentivo à participação da iniciativa privada.

Mas como é possível constatar nas pesquisas, essas modernizações capitalistas também foram conservadoras, pois mantiveram as estruturas arcaicas sociais brasileiras intactas. Os contestadores da ordem eram reprimidos, perseguidos, eliminados. Especialmente após o AI-5, nas escolas e universidades, ocorreu a censura da cultura de esquerda e os movimentos progressistas, principalmente o movimento estudantil e sindical docente, eliminando a possibilidade de contraposição, crítica e democracia. Nas universidades, forjaram as “Assessoriais Especiais de Segurança e Informações” (Aesis ou ASIs) que vigiaram toda a comunidade universitária, entregando para a repressão professores e estudantes e até censurando livros e pesquisas, ao mesmo tempo em que os técnicos e militares trabalhavam para implantar os valores tradicionais da família, da nação e da cristandade “por meio de técnicas de propaganda, da criação de disciplinas dedicadas ao ensino de moral e civismo e de iniciativas como o Projeto Rodon” (MOTTA, 2014, p.15).

Essas práticas de perseguição contra os profissionais da educação comprometidos com visões contra hegemônicas também ocorrem com o ESP, pois, segundo Luiz Carlos de Freitas, também em entrevista concedida para o vídeo *Escola sem partido? FE-Unicamp toma partido da escola* (2016), esse projeto pretende aumentar a cobrança e a vigilância ideológica sobre a escola.

Melhor explicando, na atual conjuntura de acirramento das contradições do sistema capitalista de produção, a escola ganha papel de destaque na potencialização e na “preparação” da exploração da força de trabalho. Em razão disso, constata-se a grande conexão entre os projetos neoliberais e o ESP, pois adestrar e domesticar os trabalhadores é fundamental para aumentar a acumulação de mais-valia.

Essa vigilância na preparação dos futuros operários, se reflete na agressividade político-ideológico dos capitalistas sobre qualquer avanço democrático e popular da escola, especialmente contra os profissionais da educação que promovam a reflexão sobre alguns valores patriarcais, tradicionais e capitalistas.

Portanto, o ESP também é reflexo do avanço do neoliberalismo dentro das escolas, em uma composição autoritária entre as forças “liberais” e as conservadoras na área da educação. A filosofia liberal acredita na intervenção privatista na educação, transformando educação em um grande *business*, além de controlar sua administração (direção) em oposição aos concursos públicos (privatização da gestão), já os conservadores entram com o ESP objetivando o controle do professor, da sala de aula e dos conteúdos, conforme podemos comprovar analisando as recomendações do ESP na página oficial do movimento:

[n]a dúvida, não se precipitem. Planejem a sua denúncia. Anotem os episódios, os conteúdos e as falas mais representativas da militância política e ideológica do seu professor. Anotem tudo o que possa ser considerado um abuso da liberdade de ensinar em detrimento da sua liberdade de aprender. Registrem o nome do professor, o dia, a hora e o contexto. Sejam objetivos e equilibrados. Acima de tudo, verazes. E esperem até que esse professor já não tenha poder sobre vocês. Esperem, se necessário, até sair da escola ou da

faculdade. Não há pressa. Quando estiverem seguros de que ninguém poderá lhes causar nenhum dano, DENUNCIEM a covardia de que foram vítimas quando não podiam reagir. Façam isso pelo bem dos estudantes que estão passando ou ainda vão passar pelo que vocês já passaram. É um serviço de utilidade pública (ESCOLA SEM PARTIDO, 2012).

Para além das intimações por meio de notificações extrajudiciais, “[...] cujo modelo é fornecido pelo site do movimento ESP [...] a fim de coibir a suposta doutrinação ideológica dos professores, incluindo o tratamento pedagógico de temas relacionados a gênero e sexualidade” (RIBEIRO, 2016, p. 5), autoridades como Jair Bolsonaro também incentivam essas práticas inquisitórias, quando em

uma das primeiras aparições do deputado Jair Bolsonaro como presidente eleito soou como a leitura de uma ordem do dia nos quartéis e repercutiu como um surto de esquizofrenia nas redes sociais. Com um recado “a toda a garotada do Brasil”, o capitão reformado que governará o Brasil a partir de 1º de janeiro se dirigiu assim aos estudantes do ensino básico: “Vamos filmar o que acontece na sala de aula e vamos divulgar isso daí. Pais, adultos, homens de bem têm o direito de saber o que esses ‘professores’ [aspou a palavra com gestos] ficam fazendo na sala de aula. Entrem em contato com a gente”, exortou Bolsonaro. O presidente eleito respondia a um estudante do Espírito Santo, João Vítor, que enviou ao seu QG, no Rio, um vídeo em que a professora, irritada por estar sendo gravada sem que consentisse, ameaçava processá-lo. O presidente encerrou a fala com um recado à professora: “Eu tenho uma surpresinha pra ela também. Quero ver ela processar você!” (QUADROS, 2018).

Segundo Sanfelice (2008), na ditadura, as forças militares e civis que conduziram o golpe de 1964 acusavam os professores de doutrinar os alunos e conduzindo-os ao radicalismo e à rebeldia esquerdista. Por isso ocorreu o afastamento, a aposentadoria, a prisão e o assassinato de muitos docentes que se alinhavam ao campo político da esquerda, democráticos ou progressistas. No entanto, fontes primárias da época, inclusive do governo dos EUA, mostram que “a esquerdização da juventude era processo mais complexo, cujo desenvolvimento se fazia de maneira independente da opinião dos professores” (MOTTA, 2014, p. 62).

Sobre esse fenômeno, a área de Psicologia da Educação explica que as crianças e os adolescentes não são sujeitos passivos e facilmente doutrináveis, visto que mesmo dentro da família esses jovens questionam os valores impostos, sem aceitar docilmente as determinações dos pais. Por isso, a diversidade de opiniões na sociedade seria saudável para que esses jovens pudessem tomar partido de forma independente e não serem submetidos somente a uma única visão de mundo. Ou seja, conforme afirma Telma Vinha também em entrevista concedida para o vídeo *Escola sem partido? FE-Unicamp toma partido da escola* (2016), os jovens são extremamente ativos e não aceitam tudo que a escola ou a família os impõe, por isso, é importante

reforçar esse espírito crítico dos jovens na escola, sem tentar “domesticá-los” e incentivando suas atitudes propositivas, ativas e participativas.

Para René José Trentin Silveira, no mesmo vídeo, trata-se do poder privado de determinadas famílias e de suas organizações coletivas impondo seus preceitos particulares de raça, gênero, religião, política e economia sobre os coletivos.

Na prática, isso equivale a descartar a Constituição Federal de 1988, que defende o investimento público em educação, o pluralismo de ideias, religiões, visões políticas, entre outros, ou seja, uma sobreposição de alguns setores sociais conservadores e neoliberais, aglutinados no movimento ESP sobre os interesses coletivos, duramente conquistados com a nossa “Carta Magna” pós-ditadura.

Nesse sentido, o ESP vai na contramão do espírito democrático, pois anula os grandes debates público-políticos de importância na sociedade e transformam a escola em um espaço pobre de formação, sem a presença de discussões e conflitos de ideias, aspectos fundantes da democracia. É fundamental que os estudantes tenham contato com professores com diferentes visões de mundo ou posicionamentos políticos, o que irá enriquecer sua formação acadêmica.

Voltando ao exercício de História Comparativa, de forma semelhante ao ESP, como vimos anteriormente, a ditadura de 1964 também cerceou o conhecimento crítico e o debate democrático, com inúmeras medidas repressivas contra os professores e os alunos, especialmente os professores de História, Filosofia e Geografia.

Segundo Motta (2014, p. 272), na área das ciências humanas e filosofia, seus conteúdos disciplinares atraíram atenção das agências repressivas e foram matéria de intervenção e doutrinação pedagógicas do Estado. Especialmente no ensino básico, o regime marginalizou as disciplinas de História e Geografia por meio da Lei 5.692 de 1971, quando condensou as duas disciplinas transformando-as na famosa matéria de “Estudos Sociais” (GONÇALVES, 2012). Também ocorreu intervenção nas disciplinas de Filosofia e Sociologia que foram transformadas em Educação Moral e Cívica, que em prejuízo do conhecimento científico e humanístico configuravam-se como algo semelhante a cartilhas paroquiais e panfletos de propaganda do regime ditatorial.

Assim, em paralelo a isso estão os ataques dos governos de Temer e Bolsonaro contra as Ciências Humanas – que marginalizam as disciplinas de Filosofia, Sociologia e História e as substituiu para uma formação aligeirada, tecnicista e militarizada – em que podemos observar a reforma do Ensino Médio, a precarização do ENEM, as Escolas Cívico-Militares e os mitos fundadores propagados pelo “Brasil Paralelo”, uma série documental transmitida pela rede estatal: “TV Escola” que falsifica e romantiza um suposto passado brasileiro sob forte influência do astrólogo Olavo de Carvalho, uma das referências ideológica do governo Bolsonaro (PAULO, 2020).

Uma das hipóteses correntes é que o objetivo dos militantes do movimento ESP e dos militares no poder após a vitória de Bolsonaro⁷ é reescrever a História da ditadura.

⁷ Bolsonaro não só estimulou a guerra ideológica que vivenciamos hoje como colocou na linha de frente da tropa de choque que luta aprovação do projeto ESP, o filho Eduardo Bolsonaro

No período eleitoral de 2018, o general Aléssio Ribeiro Souto, assessor de Bolsonaro e membro do grupo que estudava as mudanças na educação, anunciou publicamente, em entrevista, que o futuro governo iria alterar os conteúdos do ensino, especialmente os livros didáticos de História, pois, de acordo com ele, os livros “que não trazem a verdade sobre 1964 têm que ser eliminados das escolas brasileiras”.

Assim, após as vitórias nas urnas e a formação de um governo híbrido civil-militar em 2019, as políticas educacionais e as declarações públicas desse ano apontam para um projeto nacional de escolas civis-militares⁸, sendo que uma de suas metas é o descarte da historiografia acadêmica e sua substituição pela imposição da visão oficial das forças armadas sobre o 1º de abril de 1964. Para isso, pretendem suprimir a ditadura, a tortura, os assassinatos e os banimentos por meio da censura dos conteúdos escolares e de livros didáticos. Seguindo essa linha ideológica, foi convocado o primeiro Ministro da Educação, Vélez Rodríguez, grande entusiasta do ESP e ilusionista do marxismo, que seria responsável por demonizações e invenções deletérias como a educação de gênero. Vélez foi professor emérito da Escola de Comando do Estado Maior do Exército (EMFA), o órgão das Forças Armadas que elaborou e ajudou a executar todo o programa de governo da ditadura militar (QUADROS, 2018).

Ademais, compreende-se que esse projeto seria impossível de ser implementado pelas escolas e universidades em um contexto democrático, visto que é consenso internacional das academias científicas que ocorreu uma ditadura no Brasil entre 1964 e 1985. Por isso, as práticas obscurantistas só são eficazes por meio do autoritarismo, do constrangimento, do amordaçamento e da difamação de professores, estudantes, cientistas e intelectuais, propiciando a promoção da ESP, ou melhor, da escola do partido único.

Principalmente após o AI-5 de 1968, os órgãos de informação da ditadura se esforçaram para monitorar os professores suspeitos em atividade, focando-se em demitir, prender e barrar a contratação de docentes aprovados em concurso público que fossem considerados perigosos ao poder ou subversivos à ditadura. Esse “obscurantismo beligerante” da ditadura causou sérios danos na produção científica e educacional do Brasil, pois as escolas, as universidades e os institutos ficaram engessados com a visão oficial e única da ditadura, supostamente neutra porque representariam militar-tecnocrática e empresarialmente os interesses do conjunto da sociedade brasileira.

Essas políticas autoritárias da ditadura voltaram com força em tempos de Bolsonaro, quando muitos professores são demitidos por motivação política nas instituições privadas, exonerações suspeitas ocorrem no serviço público e vivenciamos a intervenção do presidente na escolha dos reitores de universidades federais, indicando os candidatos menos votados ou intervindo diretamente.

Essas situações persecutórias que apresentam semelhanças entre a ditadura e os governos civis-militares contemporâneos, motivaram no passado

(PSL), reeleito em 2018 deputado federal por São Paulo e famoso por dizer durante a campanha que, para fechar o Supremo Tribunal Federal, bastariam um cabo e um soldado (QUADROS, 2018).

⁸ Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) por meio do decreto n. 10.004.

e no presente a “fuga de cérebros”⁹, forçando muitos professores e cientistas renomados a se refugiarem em universidades estrangeiras, especialmente nos Estados Unidos e na Europa, fomentando suas pesquisas fora do Brasil.

Tudo indica que as universidades, os institutos científicos e escolas foram abandonados propositalmente na cruzada “negacionista” das atuais gestões dos generais e pastores que provocaram o sucateamento da educação superior por meio dos cortes drásticos de investimentos do Estado na ciência e na tecnologia e a perseguição contra professores e alunos, o que colaborou para o desemprego de cientistas e professores brasileiros que acabam saindo do Brasil para fazer ciência e produzir tecnologias em universidades estrangeiras.

Em suma, esses aspectos evidenciados colaboram para a manutenção do atraso e dependência científica, tecnológica e produtiva do Brasil, um processo que é denominado por economistas como “Reversão Neocolonial (DE ARRUDA SAMPAIO JR, 2011).

1964 e 2016: as intervenções estrangeiras na educação do partido único no Brasil

O impulso conservador pré-golpe de 1964 foi importante na montagem do Estado ditatorial, refletindo os desejos de grupos que pretendiam manter o *status quo*, a ordem tradicional e aumentar a presença imperialista no Brasil por meio da abertura da economia para o capital financeiro estrangeiro e suas empresas multinacionais.

Hoje, esse processo político, ideológico e econômico se apresenta mais violento, bastando mencionar: a) tentativa de venda de empresas públicas brasileiras como a EMBRAER para a estadunidense BOEING; b) o projeto de entrega e controle da Base de Alcântara no Maranhão para o governo dos EUA; c) a privatização da Petrobrás atendendo os interesses de acionistas estrangeiros; d) a entrega da exploração da reserva do pré-sal para empresas multinacionais; e) a penetração de grandes empresas do mercado financeiro internacional na área da educação brasileira, com são as estadunidenses *Laureate International Universities* ou *Adtalem Global Education*, intervenções que já estão influenciando os conteúdos escolares e universitários.

Esse breve relato de penetração imperialista também está evidenciado em farta documentação pública (WIKILEAKS, 2013), onde o ano de 2013 foi de ebulições sociais e “tenebrosas transações” no Brasil, quando os alicerces do golpe de 2016 estavam sendo constituídos. Na época, o vice-presidente do governo Obama, Joe Biden, esteve em solo brasileiro para solicitar alteração no regime de exploração do pré-sal, ao mesmo tempo em que a *National Security Agency* (NSA) espionava a Petrobrás e a presidência da República.

Após Joe Biden sofrer a resistência de Dilma Rousseff, uma onda de manifestações passou a ocorrer no país. Incentivados pela imprensa e mídia, milhões de brasileiros saíram as ruas em protesto, e levantavam bandeiras contra supostas corrupções na Petrobrás pelo Partido dos Trabalhadores (R7, 2013; BBC, 2013). Nesse contexto, Sergio Moro junto a outros 50 juízes e

⁹ “Até setembro de 2019 a procura por trabalho de cientistas brasileiros em Portugal teve uma alta de 1.966%” (MIRANDA, 2019).

procuradores brasileiros já tinham recebido treinamento desenvolvido pela embaixada dos EUA por meio do projeto “PONTES”¹⁰ (WIKILEAKS, 2013).

Nesse sentido, para a práxis de História Comparativa basta lembrar da influência do governo dos Estados Unidos na educação brasileira na década de 1960 e 1970 por meio de suas agências estatais, como a *United States Agency for International Development* (USAID), a “Aliança para o Progresso” ou as instituições filantrópicas e privadas como a “Fundação Rockefeller” e a “Fundação Ford”.

Também é importante reportar a força das instituições de fachada nacional, que muitas vezes recebiam verbas do imperialismo para influenciar a educação e o jogo político nacional, como fizeram o IPES e o IBAD. As concepções políticas e educacionais que esses dois últimos desempenharam na preparação do golpe de 1964 e dos primeiros anos do regime militar nos remetem ao papel desempenhando entre 2013-2016 e também na contemporaneidade do movimento ESP e de outras instituições como o MBL, o Revoltados Online, o Instituto Alfa e Beto e, sobretudo, as igrejas evangélicas pentecostais que por meio de seus parlamentares da “bancada evangélica” estão articulando a aprovação do ESP nas casas legislativas municipais, estaduais e federais (CASIMIRO, 2018). Assim,

[o] ESP foi inspirado em um movimento que surgiu nos Estados Unidos, denominado *No Indoctrination*, fundado por Luann Wright. Cabe salientar que o coordenador do movimento, Miguel Nagib, teve vínculos como articulador do Instituto *Millenium*, organização de caráter conservador, formada por empresários, jornalistas e profissionais liberais. Nagib foi autor de artigos e doador de tal Instituto. Nagib também declara admiração pelo Movimento Brasil Livre (MBL) e por Jair Bolsonaro, além de ser participante frequente de grupos e debates que autodeclaram-se como conservadores ou de direita (SEVERO; GONÇALVES; DUQUE ESTRADA, 2019).

A título de comparação, ao examinar o MBL¹¹, que apoia incondicionalmente o ESP. É notório e público que esse movimento surgiu de uma rede de *think tanks* liberais dos EUA, *Students for Liberty*, com sede na *Columbia University*, muito ligada ao Partido Republicano. Esse movimento, que se dizia “apolítico”, foi decisivo para fomentar na sociedade brasileira, especialmente nas redes sociais, ideias contra a esquerda e o Partido dos Trabalhadores, culminando no golpe de 2016. Ademais, após esses atos “neutros”, o *Students for Liberty* elegeu diversos políticos alocados em partidos

¹⁰ Após ser um dos responsáveis pela prisão do líder das pesquisas eleitorais de 2018 (Lula), em 2019, o juiz Moro foi ministro do candidato vitorioso. Uma das primeiras incursões internacionais do ministro Moro foi visitar pessoalmente a Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA), conforme revelou a revista *Veja* (BRAUN, 2019). Em 2020, documento revelados demonstram a interferência ilegal da polícia dos EUA (FBI) em solo brasileiro, auxiliando Moro na operação lava-jato (VIANA, 2020).

¹¹ O MBL obteve ajuda financeira de PMDB, PSDB e Solidariedade para bancar as manifestações pelo impeachment de Dilma e, ainda assim, solicitou dinheiro nas redes sociais de seus militantes e apoiadores (FILHO, 2017).

da direita como é o Democratas (DEM)¹², antigo PFL e herdeiro do ARENA da ditadura (BAGGIO, 2016).

Da mesma forma, em 1962, o IBAD recebia dinheiro do governo dos EUA e empresas multinacionais com objetivos educacionais conservadores ligado a partidos de direita e extrema direita que pudessem minar o projeto capitalista nacional-desenvolvimentista de João Goulart, abrindo espaço para intervenções imperialistas na economia brasileira. Para isso, o IBAD tinha uma agência de publicidade encarregada de propaganda política nos canais de televisão, rádios, jornais, apenas em 1964 foram gastos US\$ 2 milhões. Anteriormente, em 1962, o IBAD investiu ilegalmente 5 bilhões de cruzeiros para o financiamento de candidatos em todo o país. (STARLING, 2001).

Considerações finais

Conclui-se por meio da História Comparativa que existem semelhanças entre várias organizações e movimentos da sociedade civil, de natureza conservadora e/ou de direita e extrema direita, que atuaram ativamente contra governos democraticamente eleitos, seja o de João Goulart em 1964 ou o de Dilma Rousseff em 2016. Em seu conjunto, essas organizações formam uma espécie de rede conspirativa civil-militar, contando especialmente com a participação de grandes empresários e de altas patentes das forças armadas, ambos subservientes a governos e organizações civis dos Estados Unidos.

É notória e pública a articulação entre a família Bolsonaro e seus Ministros da Educação com o movimento Escola Sem Partido. São nostálgicos da ditadura militar e naturalizam esse processo histórico por meio de um “obscurantismo beligerante”, defendendo publicamente a reescrita dos livros de História e a criminalização e o constrangimento dos profissionais da educação e ciência que são críticos ao seu governo, seja com práticas de agressões psicológicas ou até com processos judiciais, lembrando os piores momentos dos anos de chumbo.¹³

No ano de 2020, as práticas da mordaza estavam a todo vapor com a criação de um dossiê contra professores e outros funcionários públicos que são enquadrados como terroristas por serem “Antifascistas”. Essa prática promovida pelo campo político bolsonarista articula o Ministério da Justiça e Agência Brasileira de Inteligência com propósito de atacar professores e policiais críticos a seu governo, o que levou diversas autoridades nacionais e internacionais a relacionar essas práticas bolsonaristas com o período ditatorial, pois tem semelhanças com o Serviço Nacional de Informações (SNI)” (BENITES, 2020)

Também constatou-se que personagens e organizações alinhadas ao espectro da direita que promoveram o golpe de 2016, também estão alinhados com o Escola Sem Partido (ESP), exemplo disso é o MBL que até 2017 realizava sem aviso prévio patrulhas nas escolas públicas para constranger professores que supostamente realizavam “doutrinação” (RODRIGUES, 2017) e organizações da extrema direita: “Tradição, Família e Propriedade” (TFP),

¹² Em 2021 o DEM se uniu ao Partido Social Liberal (PSL) criando a União Brasil.

¹³ Importante reportar que esses ataques políticos contra as universidades públicas foram incentivados pela onda da operação “lava jato” que resultou na morte do reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo da Universidade Federal de Santa Catarina.

rearticulada recentemente, é um dos referenciais teóricos do ESP e uma das principais apoiadoras do golpe de 1964.

A metodologia utilizada pôde constatar que as concepções políticas, ideológicas e educacionais que desempenharam o IPES e o IBAD na preparação do golpe de 1964 e dos primeiros anos do regime militar nos remetem ao papel desempenhado entre 2013-2016 do movimento ESP e de outras organizações como o MBL, o Revoltados Online e o Instituto Alfa e Beto que por meio de seus representantes parlamentares (especialmente da “bancada evangélica”) estão articulando a aprovação do ESP e proibindo debates de gênero nas casas legislativas municipais, estaduais e federais.

Assim como na ditadura, o desenho conjuntural aponta para alianças entre os movimentos conservadores, o ESP e os setores econômicos capitalistas que objetivam aprofundar o processo de transformação da educação no Brasil, baseados no tripé: conservadorismo, privatização do Estado¹⁴ e tecnificação.

Essa “cartilha” resulta historicamente em um Brasil desigual que é ancorado em um sistema escolar dual, ou seja, escolas para os filhos dos trabalhadores e outras para os filhos das elites. Em 2017, com a nova BNCC isso ficou claro com o enxugamento dos conteúdos das ciências humanas, embora os filhos da burguesia continuem estudando filosofia e ciências humanas em todo o ensino básico em suas escolas privadas. Esse processo de obsessão contra as “humanas” também ocorreu na ditadura civil-militar, conforme expusemos nesse artigo.

Hoje e ontem, essas propostas pedagógicas tecnicistas e com tendências militaristas projetam os professores como burocratas secundários, forçando uma docência precarizada e proletarizada. Nessa concepção, os professores seriam meros cumpridores de tarefas de uma linha de montagem, submetidos a metas de produção e aprisionados por sistemas apostilados, constantemente vigiados pelas delegacias de ensino ou de alunos e pais fanatizados por movimentos como o ESP. Nas palavras do grande líder do ESP, o professor deve repetir aquilo que está nas apostilas, ou seja, “[o] professor é um burocrata. Ele transmite aos alunos o conteúdo do currículo, aquilo que está escrito e foi aprovado pelas autoridades competentes” (NAGIB, 2017).

Historicamente, os governos com tendências militaristas censuram, amordaçam e atacam os direitos dos trabalhadores, atendendo aos interesses econômicos da burguesia para os quais trabalham docilmente, sendo recompensados financeiramente por isso, bastando olhar, por exemplo, para os privilégios históricos dessa casta, especialmente as altas patentes militares contempladas com altos salários, uma previdência social especial e as famosas mesadas especiais para as filhas dos militares.

Sobretudo em tempos de crises econômicas e sociais, são hostis a propostas democráticas, incentivando a obediência militar como recurso de dominação – como é a transformação das escolas públicas em centros educacionais militarizados, como foi na ditadura militar ou em 2019 com a criação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) por meio do decreto nº 10.004.

¹⁴ Um Estado a serviço da classe economicamente dominante.

Em ambos processos golpistas que resultaram em governos autoritários, um dos principais focos de resistência e de ataques é a área da educação e ciência, especialmente as universidades, com semelhante discurso fantasioso de que seriam redes internacionais de operação do terrorismo, *locus* de balbúrdia e de subversão. Ressuscitam o monitoramento e o controle ideológico dos professores e estudantes, fomentando a criminalização e a “caça” de elementos considerados perigosos.

Vestidos de verde e amarelo, mas submissos aos interesses de Washington, os golpistas de 1964 e de 2016 produzem fortes estereótipos sobre os professores, as escolas e as universidades por meio de discursos obscurantistas e anticientíficos. Sedentos por poder e lucros, fomentam o controle ideológico do trabalho docente e discente e disseminam soluções comerciais em detrimento de direitos sociais, como são os bombardeios contra à educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada.

Até o momento dessa redação, o fim do ESP parece ser tragicômico. Após usarem a bandeira do movimento ESP e vencerem as eleições em 2018, Bolsonaro e parlamentares de extrema direita descartaram as lideranças do movimento.

Esse esquecimento culminou no anúncio do fim das atividades oficiais do ESP pelo presidente da associação, Miguel Nagib, a partir de agosto de 2019, mas embora a crise estrutural desse movimento seja latente, seus militantes continuam em operação, o que resultou na aprovação do ESP na capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, em 14 de outubro de 2019.

Entre 2020 e 2022, durante a pandemia da Covid-19 e a disseminação do ensino a distância, a dinâmica do ESP esteve presente em diversas escolas do Brasil (SANTINO & PINA, 2021), com diversos relatos de assédio e ameaças contra professores que tiveram suas aulas gravadas por alunos e professores contrários aos conteúdos trabalhados em sala de aula, especialmente quando as discussões tangenciavam temas sensíveis como é a politização do uso das vacinas e o “negacionismo” de setores ligados ao bolsonarismo.

Hoje ou durante a ditadura civil-militar, o repertório inquisitório é semelhante, pois os professores estariam ensinando os alunos serem contra a moral e os bons costumes da família tradicional brasileira. Já os educadores parecem adotar duas posturas de proteção aos ataques dos aparatos de repressão da sociedade civil e política, a primeira é a prática individual da autocensura, já a segunda são suas organizações coletivas de luta e resistência por meio de seus sindicatos e associações como é a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) ou o movimento “Professores contra o Escola Sem Partido” que já tem mais de 100 mil seguidores nas redes sociais do *Instagram*, *Facebook* e *Youtube*.

Referências

ALESSI, Gil. Plano de Bolsonaro para “desesquerdizar” educação vai além do Escola Sem Partido. **EL PAÍS**. Edição de 23 de maio de 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/20/politica/1558374880_757085.html. Acesso em: out. 2019.

ANNUNCIATO, Pedro. Menor do que parece. **Revista Nova Escola online**. Edição 311, abril de 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/11636/escola-sem-partido-menor-do-que-parece>. Acesso em: out. 2019.

BAGGIO, Kátia Gerab. Conexões ultraliberais nas Américas: o think tank norte-americano Atlas Network e suas vinculações com organizações latino-americanas. **Anais do XII Encontro Internacional da ANPHLAC**, p. 1-26, 2016. Campo Grande. MS. ISBN: 978-85-66056-02-0. Disponível em: http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/Katia%20Gerab%20Baggio%20_Anais%20do%20XII%20Encontro%20Internacional%20da%20ANPHLAC.pdf. Acesso em: out. 2019.

BBC. British Broadcasting Corporation (Corporação Britânica de Radiodifusão). EUA espionaram Petrobrás, dizem papéis vazados por Snowden. **BBC Brasil**. Publicado em 8 de setembro de 2013 Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/09/130908_eua_snowden_petrobras_di_lma_mm. Acesso em: jul. 2020.

BENITES, Afonso. Recriar o SNI da ditadura deixou de ser sonho de Bolsonaro para se tornar um pesadelo da sociedade. **EL País**. Publicado em 02.ago.2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-02/luiz-eduardo-soares-a-investigacao-clandestina-contra-cidadaos-e-mais-um-elo-que-nos-arrasta-ao-abismo.html> Acesso em: ago. 2020.

BLOCH, Marc. **Pour une histoire comparée des sociétés européennes**. Revue de Synthèse Historique. Décembre, 1928. Disponível em: <http://visualiseur.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k101615j> Acesso em: agosto. 2020.

BRASIL. Poder Executivo – Presidência da República. Decreto 477, de 26 de fevereiro de 1969. Brasília: Palácio do Planalto, 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/De10477.htm Acesso em: ago. 2020.

BRAUN, Julia. Nos Estados Unidos, Bolsonaro faz visita não agendada à CIA. **Revista Veja**. Publicado em 19 de março de 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/nos-eua-bolsonaro-faz-visita-surpresa-a-cia/> Acesso em: jul. 2020.

CARVALHO, Marília Pinto de. Sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero. **Educação e Pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 185-193, 2003.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

DE ARRUDA SAMPAIO JR, Plínio. Metástase da crise e aprofundamento da reversão neocolonial. **Revista Crítica e Sociedade**, v. 1, n. 3, p. 85-95, 2011.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1981.

ESCOLA SEM PARTIDO. Planeje sua denúncia. Artigo do **Blog Escola Sem Partido**. Publicado em 24. Janeiro. 2012. Disponível em: <https://escolasempartido.org/blog/planeje-sua-denuncia/>. Acesso em: jul. 2020.

ESCOLA SEM PARTIDO. Projeto oficial. S/D Disponível em: www.escolasempartido.org. Acesso em: nov. 2017.

FE-UNICAMP. ESCOLA SEM PARTIDO? FE-Unicamp toma partido da escola. Vídeo (22 min). Youtube, 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_MJqnAfrkz8. Acesso em: jan. 2017.

FERREIRA JR., Amarilio; BITTAR, Marisa. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 97, p. 1159-1179, Dec. 2006

FILHO, João. MBL tira a máscara e entra firme na política partidária. **The Intercept**. Publicado em 27 de agosto de 2017. Disponível em: <https://theintercept.com/2017/08/27/mbl-tira-a-mascara-e-entra-firme-na-politica-partidaria/> Acesso em: nov. 2017.

GLOBO. Em vídeo, Ministro da Educação diz que vai “caçar um pessoal” da UFSC que fica “fazendo balbúrdia”. **Portal G1** Santa Catarina (NSC). Edição de 25/10/2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2019/10/25/em-video-ministro-da-educacao-diz-que-vai-cacar-um-pessoal-da-ufsc-que-fica-fazendo-balburdia.ghtml>. Acesso em: out. 2019.

GLOBO. Goiás aposta em militarização de escolas para vencer violência. **Jornal digital G1**. Publicado em 26 de agosto de 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/08/goias-aposta-em-militarizacao-de-escolas-para-vencer-violencia.html>. Acesso em: abr. 2017.

GONÇALVES, Nadia G.; GONÇALVES, S. A. A escola superior de guerra e a Lei 5.692/71: discursos governamentais e implementação da lei no Paraná. **Educação na ditadura civil-militar: políticas, ideários e práticas (Paraná, 1964-1985)**, p. 15-36, 2012.

GRAMSCI, Antonio. Quaderni del Carcere. Quaderno 6. Torino, Italia: Einaudi, 2007.

LIMA, Alonso Guilherme Soares. A História Comparada: potencialidades e limitações. **Revista História Social**. Campinas. N.13, 2007.

MIRANDA, Giuliana. Sem verbas, cientistas brasileiros buscam bolsas em Portugal. **Folha de S. Paulo**. Edição de 22/10/2019. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2019/10/sem-verbas-cientistas-brasileiros-buscam-bolsas-em-portugal.shtml> Acesso em: marc. 2022.

MORAES, JÔ. 2ª parte do Especial: “Ódio: Ontem e hoje”. **Reportagem do sítio da UJS**. Publicado em 15 de setembro de 2015. Disponível em: <https://uj.org.br/noticias/2a-parte-do-especial-odio-ontem-e-hoje-jo-moraes/>. Acesso em: set. 2015.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. **As Universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOURA, Fernanda Pereira. Escola Sem Partido: relações entre Estado, Educação e Religião e os impactos no Ensino de História. Rio de Janeiro. Mestrado da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, 2016.

MPF. Ministério Público Federal. PL que instituiu Escola Sem Partido é inconstitucional. Documento oficial de 2016. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pl-que-institui-escola-sem-partido-e-inconstitucional-defende-pfdc>. Acesso em: out. 2019.

NAGIB, Miguel. Audiência Pública na Câmara dos Deputados. Sobre o PL7180/2014 – Escola Sem Partido. 14 fev. 2017. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/webcamara/arquivos/videoArquivo?codSessao=58813> . Acesso em: mar. 2017.

PAULO, Diego Martins Dória. Os mitos do Brasil Paralelo. **Revista Le Monde Diplomatique**. Publicação eletrônica de 19 de maio de 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/os-mitos-da-brasil-paralelo>. Acesso em: ago.2020.

PENNA, Fernando de Araujo. O discurso reacionário de defesa do projeto “Escola sem Partido”: analisando o caráter antipolítico e antidemocrático. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, Sorocaba, SP, v. 20, n. 3, p. 567-581, dez. 2018.

QUADROS, Vasconcelo. Para críticos o objetivo do Escola Sem Partido é reescrever a História da Ditadura. **Agência Pública de Jornalismo Investigativo**. Edição de 28 de novembro de 2018. Disponível em: <https://apublica.org/2018/11/para-criticos-objetivo-do-escola-sem-partido-e-reescrever-historia-da-ditadura/#Link1>. Acesso em: out. 2019.

R7. Vice-Presidente americano visita o Brasil de olho no pré-sal. **Jornal da rede Record (R7)**. Edição do dia 28/05/2013. Disponível em: <https://noticias.r7.com/internacional/vice-presidente-americano-visita-o-brasil-de-olho-no-pre-sal-30052013>. Acesso em: out. 2019.

RIBEIRO, Vera Masagão. Apresentação. In: AÇÃO EDUCATIVA (org.). A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso. **São Paulo: Ação Educativa**, 2016.

RIO DE JANEIRO. Projeto de Lei número 867/2014. Autoria Carlos Bolsonaro. Introdução do Escola Sem Partido na rede municipal de educação do município do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1316.nsf/f6d54a9bf09ac233032579de006bfef6/5573ae961660b4cd83257ceb006bc7d4?OpenDocument>. Acesso em: mar. 2018.

RODRIGUES, Artur. Visita de vereador a escolas municipais provoca polêmica em São Paulo. **Folha de S. Paulo**. Publicado em 04.abr.2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/04/1872673-secretario-de-doria-diz-que-vereador-ligado-ao-mbl-intimidou-professores.shtml> Acesso em: ago.2020.

ROLNIK, Raquel. Apresentação. In: MARICATO, Emilia; *et al.* **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

SAKAMOTO, Leonardo. Escola Sem Partido: doutrinação comunista, coelho da páscoa e papai noel. In: AÇÃO EDUCATIVA (org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

SANFELICE, José Luís. **Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 1964**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

SANTINO, Mateus; PINA, Rute. Resquícios do Escola Sem Partido. **Outras Mídias**. Edição de 20 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/resquicios-do-escola-sem-partido/> Acesso em: marc. 2022.

SEVERO, Ricardo Gonçalves; GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira; DUQUE ESTRADA, Rodrigo. A Rede de Difusão do Movimento Escola Sem Partido no Facebook e Instagram: conservadorismo e reacionarismo na conjuntura brasileira. **Revista Educação e Realidade**. vol.44, n.3, Porto Alegre, 2019. Disponível em

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S217562362019000300606&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: out. 2019.

STARLING, Heloisa. Brasil Doc. Arquivo Digital da Universidade Federal de Minas Gerais: 1-Golpe Militar de 1964. FAPEMIG/UFMG, 2001. Disponível em: <https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/1-golpe-militar-de-1964/>. Acesso em: jun. 2019.

THOMPSON, Edward. P. A. **Miséria da Teoria ou um Planetário de erro: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VASCONCELOS, Joana Salém. A Escola, o autoritarismo e a emancipação. *In: AÇÃO EDUCATIVA* (org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

VIANA, Natalia. No Ministério da Justiça, Sergio Moro abriu as portas para o FBI. **Pública: agência de jornalismo investigativo**. Publicado em 4 de maio de 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/05/no-ministerio-da-justica-sergio-moro-abriu-as-portas-para-o-fbi/> Acesso em: jul. 2020

WIKILEAKS. Site oficial da organização transnacional Wikileaks. Brazil: illicit finance Conference uses the “T” Word, Successfully. 2013. Disponível em: <https://wikileaks.org/plu>
[sd/cables/09BRASILIA1282_a.html?fbclid=IwAR0rQO_erUjf86sHvOBIV2cC_L_XHA36x2_qOvJBnG01IIPF4hFIRAQP_H](https://wikileaks.org/plu/sd/cables/09BRASILIA1282_a.html?fbclid=IwAR0rQO_erUjf86sHvOBIV2cC_L_XHA36x2_qOvJBnG01IIPF4hFIRAQP_H). Acesso em: out. 2019.

Enviado em: 13/agosto/2020 | Aprovado em: 09/setembro/2020